



Retificações e atualidade de um manifesto de 150 anos

Augusto César Buonicore

As experiências das lutas operárias que sucederam a redação do Manifesto do Partido Comunista fizeram com que Marx e Engels desenvolvessem, ou mesmo retificassem, algumas teses daquele importante documento.

A primeira retificação, feita no prefácio de 1872, é relacionada com a teoria de Estado socialista: não bastava ao proletariado tomar a máquina do Estado burguês, era preciso destruí-la e substituí-la por outra. A partir daí, desenvolvem o conceito de “ditadura do proletariado”.

Em 1848, Marx e Engels ainda consideravam que a revolução só poderia triunfar se ocorresse simultaneamente em uma série de países capitalistas desenvolvidos (não necessariamente no mais desenvolvido).

Neste ponto Lênin faria outra atualização. Analisando o desenvolvimento do capitalismo nos últimos anos do século passado, e nos primeiros anos deste século, concluiu que o capitalismo havia chegado a uma nova etapa: a do imperialismo. Nesta nova fase a ruptura revolucionária deveria se dar nos elos mais fracos da cadeia imperialista. As revoluções populares e socialistas do século XX confirmaram as teses de Lênin.

Outra tese do Manifesto que seria retificada era sobre a tendência de pauperização absoluta do proletariado sob o capitalismo. Uma tendência à redução constante dos salários até o limite da mera sobrevivência do operário e o aumento da jornada de trabalho. Em obras posteriores o próprio Marx chegaria à conclusão de que a tendência do capitalismo era a pauperização relativa do proletariado assentada na extração da mais-valia relativa.

A particularidade do documento, um programa para uma organização internacional, levou Marx a utilizar como referência o que seria o modo de produção capitalista na sua forma mais pura, ou seja, a Inglaterra de seu tempo. O desenvolvimento capitalista na Inglaterra havia praticamente eliminado os camponeses e criado uma classe operária numerosa e concentrada em grandes fábricas. A simplificação da estrutura e da luta de classes, com o crescimento da polarização entre proletariado e burguesia, era evidente no caso inglês.

No entanto, as formações sociais dos outros países capitalistas eram muito mais complexas. Era preciso ter em conta o conjunto de outras forças sociais que atuavam naquelas sociedades: os camponeses, os latifundiários, a pequena burguesia urbana e as diversas

* Publicado originalmente em *A Classe Operária* números 164, 20 de agosto de 1998 – p. 6.

frações da burguesia (industrial, financeira, comercial) e, dentro de cada uma dessas frações, a divisão entre a grande e a média burguesia. Na quase totalidade desses países a classe operária moderna ainda constituía minoria da população.

Marx e Engels levaram isto em conta quando da redação do seu capítulo IV do Manifesto, no qual indicam táticas e estratégias diferentes para cada país europeu onde atuavam as forças socialistas.

Uma das partes mais criticadas do Manifesto é aquela em que os autores expõem a sua noção sobre o que seja o Estado burguês: “O Estado moderno é o comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”. Os sociais-democratas afirmam que esta noção é limitada e não capta a complexidade do Estado democrático moderno, que estaria aberto para a participação dos trabalhadores organizados.

Este enunciado sintético traduz o que é essencial para a construção de uma teoria do Estado em geral e do Estado capitalista em particular. O conceito geral permite que captemos a essência de todo e qualquer tipo de Estado (escravista, feudal, capitalista e socialista), mas ele não pode explicar por si só nenhum Estado determinado. É preciso, em todos os casos, ter em conta as leis específicas que regem a construção e manutenção de cada Estado em particular. Todo Estado é um instrumento de dominação de uma classe sobre outra, mas nem todos exercem este poder da mesma forma.

Atualmente, os teóricos da pós-modernidade afirmam que o Manifesto perdeu a atualidade porque o trabalho deixou de ser uma categoria central para compreensão da sociedade capitalista e por conseguinte o proletariado teria perdido o seu papel estratégico no processo de transformação social. A principal prova seria a redução tendencial do número de operários fabris, fenômeno ocasionado pelas mudanças radicais ocorridas no mundo da produção.

O papel revolucionário da classe operária está ligado ao seu insubstituível papel no mundo da produção capitalista de valorização do capital graças ao espaço especial que ocupa no processo produtivo.

Para Marx, a dimensão de uma classe não era uma condição necessária para que ela pudesse assumir um papel revolucionário. A burguesia era uma classe composta por uma minoria desprezível da população quando realizou as suas revoluções nos séculos XVIII e XIX. A própria classe operária constituía a minoria da população da Rússia em outubro de 1917 quando da realização da primeira revolução proletária vitoriosa.

Mesmo reconhecendo que houve uma redução percentual dos operários fabris tradicionais nos países capitalistas centrais, nada nos leva a crer que a classe operária tradicional esteja em fase de desaparecimento. As estatísticas disponíveis ainda apontam para o crescimento do número de operários fabris, graças à rápida industrialização de alguns países asiáticos. O aumento do número de operários nesta região, até hoje, tem compensado amplamente a sua redução na Europa e EUA.

Ainda mais: Se concordarmos com a definição ampliada de proletariado, exposta em uma nota de Engels ao Manifesto, na qual afirma que proletariado seria “a classe de trabalhadores assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender

sua força de trabalho para sobreviverem”, chegaremos à conclusão que as tendências do mundo atual apontam no sentido oposto ao indicado pelos teóricos pós-modernos: vivemos ainda um processo de ampla proletarização do mundo.
